



A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA COMO DIREITO A SAÚDE: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

NEÍRES ALVES DE FREITAS; NOÉLIA AZEVEDO CASTRO; ANA VALESKA COSTA VASCONCELOS; KARINE DA SILVA OLIVEIRA;
MIKAELE ALVES FREITAS

RESUMO

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), ao se basear no conceito ampliado de saúde, apresenta-se como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo. O objetivo desse estudo é apresentar a importância da efetivação da PNPS no SUS como direito do usuário. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, de cunho descritivo com abordagem qualitativa, com intuito de investigar o impacto da PNPS na qualidade de vida e autonomia da população no que diz respeito à sua saúde. Para subsidiar esta proposta, realizou-se busca bibliográfica digital em bases de dados a partir da inserção no módulo de Promoção da Saúde em março de 2022. Nesse percurso utilizou-se bases de dados como Google Acadêmico, Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e outros para fazer consultas de trabalhos na íntegra, como parte da análise da temática “Promoção da Saúde na ESF”. Segundo Buss (2020), há a contribuição da saúde no contexto de qualidade de vida para a saúde das populações. Para isso é necessário enfrentar as possibilidades dos Determinantes e condicionantes de saúde a ponto de repensar as políticas públicas saudáveis para promoção do cuidado a saúde, e de promoção do autocuidado, empoderamento, e a participação/mobilização dos sujeitos nos diferentes espaços. Nesse sentido é deflagrado como emergência para a saúde mediante estratégias promissoras para incremento da qualidade de vida a pensar na responsabilidade sociosanitária, como é o caso do Brasil, inclusive no contexto pandêmico, da Covid-19.

Palavras-chave: Estratégia Saúde da Família; Promoção da Saúde; Saúde; Cuidado; direito.

1 INTRODUÇÃO

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Constituição Federal (CF) de 1988, define saúde como direito de todos os cidadãos e dever do Estado. Tendo caráter público, enfatiza a atenção às ações de cunho preventivas, sem prejuízo das assistenciais. Para essa conquista constitucional, é primoroso destacar a dimensão da dignidade humana e o direito a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, na oferta gratuita de ações e serviços de saúde como direito social inegável, independentemente de raça, etnia, gênero e classe social. Assim, o SUS se torna uma política do Estado brasileiro para a saúde, que agrega um leque de outras políticas sociais e econômicas, que pretendam reduzir riscos e vulnerabilidades (PAIM, 2008).

Nesse sentido, o MS vem contribuindo com significância para incrementar e operacionalizar políticas, promoção da saúde, inserção social e equidades em saúde. Tem em seus objetivos fundantes a priorização dos grupos populacionais com *status* de vulneráveis e

maiores riscos de adoecimento; fomentando a saúde como uma condição humana básica relativa às questões de habitação, alimentação, saneamento básico e segurança (BRASIL, 2004). A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), ao se basear no conceito ampliado de saúde, apresenta-se como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo. Nesse sentido, a integralidade é um princípio do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um conjunto de ações e serviços, voltados à prevenção e aos cuidados individuais e coletivos (BUSS, 2020). O objetivo desse trabalho foi apresentar a importância da efetivação da PNPS no SUS como direito do usuário.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, de cunho descritivo com abordagem qualitativa, com intuito de investigar o impacto da PNPS na qualidade de vida e autonomia da população no que diz respeito à sua saúde. Para subsidiar esta proposta, realizou-se busca bibliográfica digital em bases de dados a partir da inserção no módulo de Promoção da Saúde em março de 2022, na Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF). Nesse percurso utilizou-se bases de dados como Google Acadêmico, Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e outros para fazer consultas de trabalhos na íntegra, como parte da análise da temática “Promoção da Saúde na ESF”.

Para Gil (2012) a pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de uma série de etapas, assim como relaciona-se com outros fatores, tais como a natureza do problema, o tipo de pesquisa, objetivo e variáveis. Os resultados desse estudo foram conformados a partir de um tópico discutido à luz de teóricos importantes para a área. A busca se deu para pautar a promoção da saúde. Analisou-se assim alguns trabalhos na íntegra, totalizando 07 artigos, que atenderam ao objeto de estudo, com respostas para constituição dos resultados e análise deste trabalho.

3 RESULTADOS

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define que os determinantes sociais da saúde possuem relação com as condições em que uma pessoa vive e trabalha.

Para Buss e Pellegrini Filho (2007), enquanto os fatores individuais são importantes para identificar que indivíduos no interior de um grupo estão submetidos a maior risco, as diferenças nos níveis de saúde entre grupos e países estão mais relacionadas com outros fatores, principalmente o grau de equidade na distribuição de renda devem ser considerados os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que acabam influenciando no surgimento de problemas de saúde. Porém, faltam recursos financeiros e humanos para os desenvolvimentos de vários serviços, além da alta demanda diária, o que torna mais difícil a assistência a inúmeros casos como os já citados. E para que a PNPS seja cumprida é necessário que, além de mais recursos, seja investido também na qualificação dos profissionais em saúde e a participação ativa da população, como ressaltado por Dias et al. (2018), ao afirmar que, para que uma política de saúde seja viva, a participação de trabalhadores e da comunidade deve ser ativa.

O Ministério da Saúde (MS) vem contribuindo com significância para incrementar e operacionalizar políticas, promoção da saúde, inserção social e equidades em saúde. Tem em seus objetivos fundantes a priorização dos grupos populacionais com *status* de vulneráveis e maiores riscos de adoecimento, fomentando a saúde como uma condição humana básica relativa às questões de habitação, alimentação, saneamento básico e segurança (BRASIL, 2004).

Diante dessas circunstâncias constrói-se, inclusive, o conceito de saúde. Se a

população não é ouvida sobre suas questões ambientais, poderá entender saúde como um conceito ampliado, complexo e polissêmico? A função da área envolve, ainda, o desenvolvimento de noções de empoderamento, território, autonomia e sustentabilidade como fundamentos mandatórios para a promoção da saúde (BRASIL, 2012). A criação de grupos para promover a disseminação das práticas em saúde pode ser uma ação transformadora, no sentido de repensar modos de cuidado e produção de saúde no campo, trabalhar os fundamentos da promoção da saúde, autocuidado, empoderamento e os pressupostos teórico-conceituais da educação popular e da educação em saúde futuro (DALL'AGNOL, 2011).

Assim, a implementação vem materializar esses propósitos, concentrando os esforços das três esferas de governo e da sociedade civil na promoção, na atenção e no cuidado em saúde, priorizando a redução das desigualdades de acesso às ações e serviços do SUS para essas populações. A operacionalização do Plano Operativo conta com o empenho de gestores e trabalhadores da saúde nas esferas do SUS e da articulação com políticas que promovam melhorias nas condições de vida, como: saúde, educação, moradia, saneamento, ambiente, trabalho e renda (BRASIL, 2014, p. 3).

Segundo Buss (2020), há a contribuição da saúde no contexto de qualidade de vida para a saúde das populações. Para isso é necessário enfrentar as possibilidades dos Determinantes e condicionantes de saúde a ponto de repensar as políticas públicas saudáveis para promoção do cuidado a saúde, e de promoção do autocuidado, empoderamento, e a participação/mobilização dos sujeitos nos diferentes espaços. Nesse sentido é deflagrado como emergência para a saúde mediante estratégias promissoras para incremento da qualidade de vida a pensar na responsabilidade sociosanitária, como é o caso do Brasil, inclusive no contexto pandêmico, da Covid-19.

4 CONCLUSÃO

Os estudos corroboram e são coerentes quanto à necessidade de uma PNPS ativa em um território vivo, como direito assistencial, com ações de promoção da saúde que coloquem as necessidades da população como prioridade, oferecendo-lhes meios para sua autonomia em saúde e consequente aumento da qualidade de vida. Portanto, conclui-se no movimento dos municípios saudáveis e na perspectiva intersetorial na saúde em todas as políticas para enfrentar as iniquidades sociais, e a promoção de inovações nas práticas de cuidado na gestão pública e o desenvolvimento integrado e sustentável para uma nova agenda 2030 e os respectivos objetivos de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BUSS, P.M, et al. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 25, n. 12, dez, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de atenção à saúde. **Política de Promoção da Saúde – PNPS**. Brasília, DF: MS, 2012.

BUSS, P.M.; PELLEGRINI FILHO, A. Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1. Rio de Janeiro, 2007, p. 77-93.

DIAS, Maria Socorro de Araújo et al. Política Nacional de Promoção da Saúde: um estudo de

avaliabilidade em uma região de saúde no Brasil. **Ciênc. Saúde coletiva**, v.23, n. 1. Rio de Janeiro: jan 2018, p. 103-114.

PAIM, J.S. “Reforma Sanitária Brasileira: avanços, limites e perspectivas”. In: Matta, Gustavo Corrêa (org.) *Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS*. Rio de Janeiro: **Editora Fiocruz/ EPSJV**, 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Residência multiprofissional em saúde: experiências, avanços e desafios** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.